

## **O Grande Expurgo: Exageros da Repressão Política**

César Alexandre da Silva Aprile

**Resumo:** O presente artigo explora a influência dos Estados Unidos como nação arqui-imperialista, destacando a disseminação de “Fake News” para manter o controle midiático. Usando o exemplo de 1989, quando a Romênia foi erroneamente acusada de matar manifestantes, examina-se como essas práticas buscam retratar adversários enfraquecidos. O papel do exército dos EUA como polícia internacional e a CIA como vanguarda propagandística são discutidos. A narrativa anticomunista norte-americana, centrada em líderes como Stalin, é criticamente revisada, sugerindo uma possível subestimação do número de execuções durante o Grande Expurgo. O estudo destaca a importância de considerar o contexto histórico e geopolítico ao analisar eventos como o expurgo, ressaltando as complexidades internas e ameaças externas.

**Palavra-Chave:** EUA; URSS; Expurgo; Stalin;

**Abstract:** The present article explores the influence of the United States as an arch-imperialist nation, highlighting the dissemination of "Fake News" to maintain media control. Using the example of 1989, when Romania was erroneously accused of killing protesters, it examines how these practices aim to portray weakened adversaries. The role of the U.S. military as an international police force and the CIA as a propagandistic vanguard is discussed. The American anti-communist narrative, focused on leaders like Stalin, is critically reviewed, suggesting a possible underestimation of the number of executions during the Great Purge. The study emphasizes the importance of considering historical and geopolitical context when analyzing events like the purge, highlighting internal complexities and external threats.

**Keyword:** USA; USSR; Purge; Stalin;

## **Introdução:**

Os Estados Unidos, como uma nação arqui-imperialista, exercem considerável influência sobre a superestrutura de muitas nações, permitindo-lhes difundir as chamadas “Fake News” de maneira disfarçada, apresentando-as como informações verossímeis para manter o controle midiático. Um exemplo marcante disso ocorreu em dezembro de 1989, quando a Romênia foi erroneamente acusada de ter matado mais de 60 mil manifestantes que protestavam pacificamente. No entanto, uma investigação minuciosa revelou que o governo que depôs os comunistas alegou que apenas 142 manifestantes foram mortos, justificando isso com base em ações agressivas contra as forças policiais e em uma tentativa de golpe de estado (RATESH, 1991).

Vale a pena ressaltar que essa prática ocorre frequentemente devido à necessidade de exagerar nas alegações, visando retratar falsamente um suposto enfraquecimento do lado adversário em relação aos interesses norte-americanos. Isso também serve para criar uma imagem de monstrosidade e frieza, como tem sido uma prática constante em relação à Coreia Popular, Cuba e outras nações que se opõem aos interesses dos EUA.

Assim como o exército dos Estados Unidos age como uma espécie de polícia internacional, impondo e promovendo a ideologia democrática burguesa, a CIA desempenha o papel sinistro de ser a vanguarda propagandística dos interesses norte-americanos. Inúmeros exemplos evidenciam essa assertiva, tais como as alegações exageradas de “atrocidades” comunistas na Romênia, que desencadearam uma Guerra Civil e resultaram na morte de centenas de soldados e policiais, tudo devido à disseminação deliberada de desinformação (Fake News) pela CIA em nações que se encontram sob a influência dos EUA (BLUM, 1995). Adicionalmente, vale a pena mencionar o caso da Radio Free Asia, criada e financiada na década de 1950 por uma organização chamada “Committee for Free Asia”, como parte de uma operação de propaganda anticomunista. Esta estação de rádio transmitia de instalações na RCA em Manila, Filipinas, Dacca e Karachi, Paquistão, até 1961, com alguns escritórios em Tóquio. A organização principal foi denominada Fundação Ásia, e a Radio Free Asia saiu do ar em 1955. Em 1971, o envolvimento da CIA finalmente cessou, com todas as responsabilidades sendo transferidas para o Board for International Broadcasting (BIB), nomeado presidencialmente.

## **Discussão:**

Examinamos como os EUA exercem seu poder midiático propagandista, principalmente quando se trata de combater o comunismo. Devemos prestar atenção a esse aspecto, pois assim como hoje vemos histórias absurdas sobre a Coreia Popular, o mesmo acontecia com outras nações, como a URSS, com destaque para o anti-stalinismo.

A propaganda anticomunista norte-americana segue um padrão bem definido: retrata o regime comunista e seus seguidores como monstros desalmados que cometem atrocidades sem lógica, semelhantes a assassinos em série. O número de vítimas é descrito como astronômico, frequentemente na casa das centenas de milhares e, em alguns casos, até mesmo na casa dos milhões. Alega-se que os comunistas fazem isso para oprimir ou exterminar grupos específicos. Além disso, são frequentemente associados a termos como antissemitismo, genocídio, etnocídio, e assim por diante, muitas vezes fazendo comparações com o Holocausto e o fascismo hitlerista.

A propaganda anticomunista dos EUA em relação à URSS sempre enfatizou a alegação de que a chefatura de Stalin e outros líderes soviéticos mataram milhões (CONQUEST, 1990), e, como é habitual, com números astronômicos e motivações desumanas, comparáveis ao hitlerismo. Quando os arquivos soviéticos foram abertos pelo governo do ex-presidente russo Boris Iéltsin, percebeu-se que o número total de sentenças de morte no período de 1922 a 1953 (que abrange o governo completo de Stalin) estava entre 775.866 e 786.096 (GETTY, RITTERSPORN e ZEMSKOV, 1993).

Vale destacar que esses dados foram retirados de fontes antistalinistas e, por conseguinte, anticomunistas. É extremamente improvável que subestimem o número real (THURSTON, 1996). Além disso, a URSS admitiu ter executado pelo menos 12.733 pessoas entre 1917 e 1921, abrangendo o período da Guerra Civil Russa (7 de novembro de 1917 a 25 de outubro de 1922) e a Intervenção dos Aliados na Guerra Civil Russa (1918-1922). No entanto, é provável que esse número seja ainda maior, devido às execuções não oficiais, podendo ter chegado a pelo menos 40 mil pessoas (ANDICS, 1969).

A estimativa de mais de 800 mil pessoas executadas é exagerada, pois ela também inclui condenados à pena de morte que não foram efetivamente presos ou tiveram suas penas reduzidas (GETTY, RITTERSPORN e ZEMSKOV, 1993).

Conforme apontado por Vinton (1993), o número de execuções foi inferior ao número de prisioneiros civis condenados à morte na União Soviética. Em 1940, houve um pouco mais de 7 mil execuções em relação aos 11 mil prisioneiros autorizados a serem executados.

Além disso, das cerca de 780.000 sentenças de morte proferidas durante parte do período conhecido como o “Grande Expurgo”(1937-1938) (GETTY, RITTERSPORN e ZEMSKOV, 1993), muitas delas ocorreram em um contexto em que os soviéticos perceberam a aliança de 1936 entre a Alemanha Hitlerista e o Império Japonês como uma ameaça direta à União Soviética. É importante lembrar que o principal objetivo da Alemanha na Segunda Guerra Mundial era a expansão para o Leste Europeu, o que resultou em uma guerra de conquista e apropriação de terras orientais para estabelecer colônias alemãs. Além disso, o Império Japonês, que entrou em conflito com a URSS nos chamados Conflitos Fronteiriços entre a União Soviética e o Império Japonês(1º de março de 1932 a 16 de setembro de 1939) na região do Nordeste da Ásia (Mongólia, Krai do Litoral e Manchúria), também buscava conquistar territórios no Extremo Oriente da URSS. O Império Japonês tinha o objetivo claro de se tornar a única potência do Pacífico, com controle absoluto sobre a região.

Também em 1936, um grupo estrangeiro influente anti-Stalinista (a Quarta Internacional, que estava aliada ao dissidente russo exilado, Leon Trotsky), anunciou publicamente seu plano de derrubar o governo soviético (GLOTZER, 1968). Em resposta, Stalin iniciou uma operação especial em 1937 para combater os contrarrevolucionários, que resultou na prisão de 186.500 pessoas e na emissão de 72.950 sentenças de morte. Essa operação era conduzida por tribunais locais compostos por três membros, conhecidos como “troikas” (GETTY, RITTERSPORN e ZEMSKOV, 1993).

Os tribunais locais, conhecidos como “Tribunais de Exceção”, emitiam sentenças de morte mesmo antes da prisão do acusado. Isso levou as autoridades locais a solicitarem um aumento em suas próprias cotas (KNIGHT, 1993). Em 1938, houve um pedido oficial para dobrar a quantidade de transporte de prisioneiros em relação à cota original estabelecida durante a campanha das 'troikas' (GETTY, RITTERSPORN e ZEMSKOV, 1993).

É importante notar que, mesmo que o número de execuções fosse o dobro, ainda estaria abaixo de 150 mil. Muitos condenados à pena de morte pelas 'troikas'

escaparam, e outros tiveram suas sentenças revogadas por autoridades superiores. Isso ocorreu devido a um excesso de execuções entre 1937 e 1938, quando Stalin anulou várias condenações e puniu muitos líderes locais por isso (THURSTON, 1996).

Neste período, os soviéticos afirmam oficialmente cerca de 300 mil prisões relacionadas ao antissemitismo ou crimes políticos entre 1937 e 1938 (DAVIES, 1997). É importante notar que a posição sobre como tratar casos de antissemitismo nunca foi segredo. Stalin, em uma carta intitulada “Resposta a um Inquérito da Agência de Notícias Judaica nos Estados Unidos”, escreveu:

“O chauvinismo nacional e racial é um vestígio dos costumes misantrópicos característicos do período do canibalismo. O anti-semitismo, como forma extrema de chauvinismo racial, é o vestígio mais perigoso de canibalismo. O anti-semitismo é uma vantagem para os exploradores como um para-raios que desvia os golpes dos trabalhadores contra o capitalismo. O anti-semitismo é perigoso para os trabalhadores por ser um caminho falso que os desvia do caminho certo e os leva à selva. Portanto, os comunistas, como internacionalistas consistentes, não podem deixar de ser irreconciliáveis, inimigos jurados do anti-semitismo. Na URSS, o anti-semitismo é punido com a maior severidade da lei como um fenômeno profundamente hostil ao sistema soviético. De acordo com a lei da URSS, os anti-semitas ativos são passíveis de pena de morte.”(STALIN, 1931)

Isso significa que, legalmente, desde antes do “Grande Expurgo”, as leis soviéticas definiam o tratamento para os antissemitas, e aqueles condenados por isso receberam o que a lei previa no sistema jurídico soviético.

Stalin originalmente especificou que a proporção de prisioneiros executados era de 1 a cada 3 presos, resultando em um número de 100 mil execuções. No entanto, considerando o confinamento e evidências de um aumento de 50 mil mortes em campos de trabalho durante o intervalo de 1937-1938, muito provavelmente causado por execuções (GETTY, RITTERSPORN e ZEMSKOV, 1993), o número real de executados pelas “Troikas” seria em torno de 150 mil prisioneiros. Também pode haver 30,5 mil sentenças de morte proferidas por tribunais militares e 4.387 por tribunais regulares durante o período de 1937 e 1938. No entanto, mesmo levando em consideração as estimativas mais elevadas desses valores e assumindo que todas as sentenças foram cumpridas, o número total de execuções ainda seria inferior a 200 mil.

Este valor inferior às estimativas mais elevadas parece ser o mais provável, uma vez que a taxa de mortalidade geral em toda a União Soviética foi mais baixa nos anos de 1937 e 1938 em comparação com anos anteriores.(WHEATCROFT, 1993)

Supondo que as cerca de 100.000 sentenças de morte restantes, proferidas nos outros anos do governo de Stalin (ou seja, 1921-36 e 1939-53), resultaram em uma taxa de execução de 60%, conforme demonstra de Vinton(1993), o número total de execuções realizadas pela União Soviética sob o governo de Stalin seria de cerca de 250.000.

No entanto, vale a pena considerar que várias nuances podem reduzir significativamente esse número. Algumas dessas vítimas provavelmente eram soldados soviéticos, bandidos, guerrilheiros armados e, pelo menos, 14.000 das execuções reais envolviam prisioneiros de guerra estrangeiros(VINTON, 1993). Além disso, o diplomata, historiador estadunidense e ex-embaixador dos EUA na União Soviética, George F. Kennan, argumentou que o número de executados era, na verdade, apenas dezenas de milhares(SMITH, 2000).

O relato de Kennan é importante neste contexto, pois, para aqueles que não o conhecem, ele foi um dos mais proeminentes escritores a abordar a relação entre os EUA e a URSS. Seus escritos serviram de base para a Doutrina Truman e a política externa dos Estados Unidos de “conter” a União Soviética. Em outras palavras, não estamos falando de uma pessoa com viés pró-soviético, selecionada de forma seletiva para reforçar os dados. Kennan era, na verdade, um dos principais críticos da União Soviética.

Com base nessas considerações, é plausível que o número real de civis desarmados mortos pela União Soviética ao longo de sua história, inclusive durante a Guerra do Afeganistão de 1979-1989, seja significativamente inferior à estimativa de 250.000. Isso sugere que a União Soviética pode não figurar entre os dez principais países em termos de assassinatos em massa, como muitas vezes se acredita. Especialmente quando se tenta fazer comparações sem sentido, como aquelas que buscam equiparar esses eventos a massacres realizados pelas Einsatzgruppen ou genocídios de prisioneiros em câmaras de gás durante a Segunda Guerra Mundial, que resultaram na morte de milhões de pessoas em um curto período de tempo.

Durante o Expurgo Soviético em 1937-38, muitas vítimas inocentes foram perseguidas. No entanto, é fundamental considerar o contexto que motivou essas ações. Os arquivos soviéticos contêm evidências substanciais de cidadãos envolvidos em atividades consideradas traiçoeiras, como conspirar para derrubar o governo soviético ou apoiar uma invasão estrangeira na União Soviética (DAVIES, 1997).

Concomitantemente, o cenário geopolítico era complexo. A União Soviética estava envolvida em conflitos fronteiriços com o Império Japonês. Além disso, a Alemanha de Hitler e o Império Japonês estavam se aproximando de uma aliança imperialista que representava uma ameaça direta à existência da União Soviética. Como resultado, houve infiltrações de indivíduos que buscavam derrubar o governo soviético, dada a série de ameaças externas.

Um exemplo notório desse período foi o caso de Nikolai Yezhov, conhecido como o “Anão Sanguinário”, que liderou a NKVD de 1936 a 1938. Durante sua liderança na NKVD, ele desempenhou um papel significativo na promoção de inúmeros crimes contra a população soviética, contribuindo assim para o aumento das perdas de vidas inocentes durante o período conhecido como o “Grande Expurgo”.

No entanto, as ações criminosas de Yezhov não passaram despercebidas. Em 29 de janeiro de 1939, uma carta redigida por Beria, Andreyev e Malenkov foi enviada a Stalin, denunciando a NKVD por realizar “prisões massivas e infundadas de pessoas completamente inocentes” e criticando a liderança de Yezhov por não conter essa situação de arbitrariedade e extremismo, inclusive com incentivo do próprio Yezhov.

Como resultado, Yezhov foi preso e julgado pelo Colégio Militar do Tribunal Supremo da URSS. As acusações contra ele incluíam traição ao Estado, espionagem, incompetência oficial, desvio de fundos do governo, conspiração militar ligada a Alemanha e ligações com uma organização militar clandestina dentro do Exército Vermelho que planejava derrubar o governo soviético.

Yezhov admitiu a culpabilidade pela conspiração e de maneira sádica e fria, ter torturado e executado pelo menos 14.000 de seus colegas chekistas, justificando essas atrocidades como medidas contra os “inimigos do povo.” Como resultado, o Colégio Militar do Tribunal Supremo da URSS o condenou à pena de morte, e ele foi executado em 4 de fevereiro de 1940 por Ivan Serov(ou possivelmente por Vasily Blokhin, de

acordo com algumas fontes, na presença de NP Afanasev, conforme relatado por Simon Sebag Montefiore).

Isso evidencia que até mesmo membros de longa data do Partido, como Yezhov, que se uniu em 1917, sucumbiram às influências corruptoras. Isso ressalta a vulnerabilidade dos civis diante da alienação e do oportunismo em meio às ameaças externas.

Também é relevante observar que a nobreza russa e os czares, muitos dos quais emigraram após a Revolução Comunista de 1917, forneceram apoio financeiro aos alemães hitleristas nos anos 1930. Acreditava-se que esse apoio seria usado para derrubar o governo soviético após a tomada de poder na Alemanha (FEINBERG, 1999).

É importante destacar que a Alemanha de Hitler estabeleceu acordos econômicos significativos com os EUA e outras potências imperialistas antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial. Esses acordos proporcionaram as condições materiais para a reconstrução do exército e da economia alemã. Isso gerou um temor real na União Soviética, e não se tratava de uma mera “paranoia”. Hitler deixou claro seus objetivos, que incluíam a destruição dos judeus como grupo étnico e religioso, assim como a oposição ao comunismo.

É fundamental destacar que qualquer pessoa que se intitule acadêmica e negue a legitimidade desse temor está demonstrando uma falta de conhecimento sobre a história da União Soviética e a luta bolchevique contra a intervenção estrangeira. Essa luta sempre evidenciou o caráter genocida e maquiavélico dos intervencionistas estrangeiros, que causaram a morte de milhares de civis na Sibéria e no Extremo Oriente. Os intervencionistas estrangeiros apoiaram diretamente o exército branco, que promoveu uma campanha terrorista contra-revolucionária, destruindo tudo em seu caminho.

Novamente, os intervencionistas estrangeiros voltaram a criar alarde para a União Soviética, mas dessa vez em uma proporção jamais vista, com o exército alemão adentrando a União Soviética com 3,5 milhões de soldados na ofensiva, com a chamada Operação Barbarossa, a maior operação militar da história. Isso resultou em conflitos sangrentos em Moscou, Leningrado, Stalingrado e no Cáucaso, sem mencionar o terror que os alemães espalharam na região da Ucrânia, acompanhados pela Einsatzgruppen,

cuja função era invadir vilarejos e massacrar qualquer pessoa na região, claramente um esquadrão da morte.

No término da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética foi a nação com as maiores perdas humanas, somando mais de 20 milhões de mortos entre civis e militares. Portanto, podemos concluir que, no que se refere à “paranoia” soviética, era, na verdade, apenas uma resposta às ameaças constantes das nações imperialistas agressoras, que visavam a destruição da União Soviética desde a Guerra Civil, até o último dia de sua existência, usando todos os meios para derrubá-la, tanto por intervenções e invasões diretas quanto por influência interna, como vimos durante os anos 30, quando muitas pessoas, incluindo civis e membros antigos do partido, buscaram a derrubada do governo soviético.

O Grande Expurgo, embora seja vista como uma das maiores tragédias cometidas no período de Stalin, elas tinham uma motivação como vimos. Não foi por uma “paranoia” e muito menos tinham um caráter genocida e tirânico, como muitos afirmam, mas sim ele preveniu um golpe bem-sucedido ou uma rebelião incitada pelos fascistas na União Soviética (THURSTON, 1996).

Além disso, houve teorias de que alemães e japoneses teriam se aliado ao exilado Trotsky, e isso foi utilizado como propaganda para incitar o temor na União Soviética, onde o dissidente russo teria supostamente oferecido territórios soviéticos às potências imperialistas reacionárias em troca de assumir o controle da Rússia restante (GLOTZER, 1968).

Todavia, essa teoria tem uma base sólida de evidências que reforçam essa colaboração de Trotsky com os alemães e japoneses. O primeiro documento que fortalece essa teoria, tem relação “a crise de maio-junho de 1937”.

Em junho de 1937, a liderança soviética enfrentou uma grave crise. Genrikh Jagoda e Avel' Enukidze confessaram seus papéis em planos de golpe contra o governo. Uma revolta interna contra o governo republicano espanhol envolvendo anarquistas e trotskistas aumentou a tensão. Oito oficiais militares de alta patente, incluindo o Marechal Tukhachevsky, foram presos e confessaram conspirações com trotskistas, liderados por Bukharin, Iagoda, Rykov, e cooperação com Alemanha e o Império Japonês.

Em 2 de junho, Bukharin confessou ser líder da conspiração, seguido por outros líderes militares. Em 11 de junho, foram julgados, confessaram novamente e foram condenados à execução. Durante o Plenário do Comitê Central de 23 a 29 de junho, 38 membros foram expulsos por conspiração e traição. Esses eventos representaram a ameaça mais grave à União Soviética desde a Guerra Civil de 1917-1922. Trotsky e seu filho foram acusados no primeiro Julgamento de Moscou em 1936, enquanto o segundo julgamento, em janeiro de 1937, relacionou Trotsky a uma conspiração antissoviética, especialmente vinculada aos eventos na Espanha. A revolta em Barcelona durante os “Dias de Maio” reforçou as preocupações sobre conspirações contra a República Espanhola semelhantes às alegadas na URSS.

Na véspera da reunião de junho do Comitê Central, Trotsky, exilado no México, enviou um telegrama ao Comitê Executivo Central, instigando seus membros a rejeitar a liderança de Stalin. No telegrama, Trotsky alertou sobre o colapso interno e externo causado pela política de Stalin, pedindo uma volta à democracia soviética e uma revisão dos últimos julgamentos. Ele ofereceu total apoio a essa mudança de curso.

Após a publicação original do telegrama, as informações subsequentes indicam o seguinte:

Em junho de 1937 em Moscou, no endereço do Comitê Executivo Central (CEC), que era então formalmente o órgão máximo do poder do Estado na URSS, um telegrama chegou de L.D. Trotsky no México: [texto do telegrama]. É claro que este telegrama não terminou acima no CEC, mas no ministério da segurança, NKVD, de onde foi direcionada para Stalin como uma chamada que dizia: “comunicação especial”. Ele escreveu sobre o telegrama a seguinte observação: “espião cara de pau, espião sem vergonha de Hitler” não só Stalin assinou o seu nome sob sua “sentença”, mas deu a V. Molotov, Voroshilov K., Mikoian A., e A. Jdanov para assinarem também. (L.B., “Will there be no more ‘Secrets of the Kremlin’? (in Russian) *Novoe Vremia* No.50, 1994, 37.)

Além disso o historiador e sociólogo trotkysta Vadim Zakharovich Rogovin parafraseou o mesmo artigo em uma nota de rodapé:

O telegrama de Trotsky acabou não no Comitê Central, mas no NKVD onde foi traduzido do Inglês (a única maneira do telégrafo mexicano poder aceitá-lo para o envio) e enviado a Stalin como um chamado "comunicação especial." Stálin leu o telegrama e escreveu nele uma observação que mostra que claramente ele perdeu seu autocontrole: “Espião cara de pau, espião sem vergonha de Hitler!” Sua assinatura abaixo dessas palavras foi completada com as assinaturas de Molotov, Voroshilov, Mikoian e Zhdanov, as quais expressam seu acordo com a avaliação de Stálin. (ROGOVIN, 1998, p. 487.)

Ao analisar a proposta de Trotsky, é legítimo questionar qual poderia ter sido seu entendimento. Talvez ele presumisse que sua oferta seria aceita? Ou acreditasse que,

de alguma forma, em 1937, um retorno à “democracia soviética” fosse uma possibilidade real? Rotular isso como ironia parece inadequado; é mais condizente com uma ilusão. Conforme destacado por diversos estudiosos, discutir uma possível transição em direção à democracia soviética era, de fato, uma questão em pauta em 1937.

Rogovin concorda que Trotsky acreditava em suas chances de ascender ao poder, dada a natureza não impulsiva de Trotsky. Embora os motivos subjacentes ao seu apelo permaneçam obscuros, é plausível presumir que Trotsky tinha informações indicando que a verdadeira lealdade dos líderes partidários e soviéticos a Stalin era proporcionalmente inversa às declarações formais de devoção, sugerindo uma fragilidade e instabilidade na posição de Stalin. Essa percepção poderia ter alimentado as esperanças de Trotsky de que, durante o “Grande Terror”, que dizimava os membros do partido, haveria a oportunidade de uma consolidação entre as principais figuras do país para depor Stalin e seu governo.(ROGOVIN, 1998)

Se a expressão “Grande Terror” tem um referente específico, ela remete ao que é denominado em russo como “Ijovchacina” ou “repressão em massa de Iejov(ou Yezhov)”, representando o período de assassinatos em massa ilegais conduzidos pelo Nikolai Yezhov(Iejov neste contexto), sob o pretexto de combater a subversão. Esses eventos tiveram início apenas após a reunião do Comitê Central em junho de 1937. Além disso, detalhes cruciais sobre o Ijovchacina permaneceram praticamente desconhecidos fora de um círculo restrito de líderes soviéticos por muitos anos.

Rogovin sugere que Stalin e seus aliados utilizavam um código convencional em documentos do Politburo, incluindo correspondências pessoais, para criar a impressão de concordância com as narrativas estabelecidas. Ele argumenta que, se Stalin não acreditasse nos supostos contatos entre Trotsky e Hitler, não teria incluído tais declarações em documentos destinados apenas ao círculo interno.(ROGOVIN, 1998, p.487)

Isso evidencia claramente que Stalin acreditava, de fato, que Trotsky tramava com os alemães. Como demonstrado, também evidencia que Trotsky estava conspirando com a Alemanha e o Japão. Qualquer argumento que tente afirmar que Stalin não tinha qualquer suspeita em relação a Trotsky conspirando é simplesmente desonestidade

intelectual, uma vez que Stalin escreveu isso no telegrama e se referiu a essa suposta espionagem de Trotsky em outras ocasiões.

As conclusões propostas por vários críticos às acusações de Stalin contra Trotsky se baseiam no fato de que todas as fontes relacionadas a esse tema, especialmente aquelas em que Stalin se expressa diretamente, deixam claro uma posição objetiva e lúcida. Não há qualquer outra fonte que sustente a ideia de que Stalin teria inventado essas acusações ou que estivesse fingindo, como Rogovin propõe.

Uma questão interessante que deve ser tratada é que durante o Julgamento de Mostou de Trotsky, nenhum de seus apoiadores o defendeu, na verdade alguns destes se declararam até culpados pelos crimes cometidos, incluindo colaboração com Trotsky, e alguns até renunciaram à sua lealdade a ele.

Além disso, para que não sobre dúvidas, na obra “Trotsky Amalgams”, se confirma que os comandantes militares liderados pelo Marechal Mikhail Tukhachevsky colaboraram de fato com o Estado-Maior General alemão e com os japoneses.

Vários réus soviéticos confirmaram que espionavam em favor da Alemanha, e estavam diretamente ligados ao general alemão Kurt von Hammerstein-Equord. Em 13 de junho de 1938, o General da NKVD Genrikh S. Liushkov desertou para o lado japonês. Em uma entrevista coletiva previamente elaborada pelos japoneses, ele declarou que as alegadas conspirações na URSS eram infundadas. Entretanto, Liushkov compartilhou com os japoneses a informação de que Stalin estava firmemente convencido da existência de conspirações reais, notadamente aquelas de natureza militar.

Vale destacar que o próprio Trotsky admitiu que algumas das vítimas do expurgo poderiam, de fato, ter sido agentes do imperialismo reacionário fascista (GLOTZER, 1968).

Embora a União Soviética tenha triunfado no final contra as Potências do Eixo e vencido a Grande Guerra Patriótica, o legado dos espiões e sabotadores da Alemanha Hitlerista foi continuado pela CIA, que, ao perceber a eficácia das ações dos alemães na URSS, adotou a mesma abordagem, criando um notável cenário de terrorismo no Leste Europeu no pós-Segunda Guerra Mundial (VON SCHNITZLER, 1992).

Os arquivos soviéticos evidenciam que os responsáveis pela repressão na década de 1930 acreditavam na culpa das vítimas, acusando-as de sabotagem, espionagem ou traição (THURSTON, 1996). Muitas execuções foram relatadas na imprensa local soviética (CONQUEST, 1990).

Mesmo quando não havia conexão direta com potências imperialistas fascistas, havia suspeitas de que os suspeitos agiam de forma independente para derrubar a União Soviética (RITTERSPOM, 1992). O Grande Expurgo, também visava combater o banditismo e atividade criminosa generalizada, como roubo, contrabando e corrupção (GETTY, 1985). Além das execuções, muitos foram presos, e centenas de milhares foram expulsos do Partido Comunista devido a incompetência, corrupção e burocracia, uma medida apoiada pelos cidadãos soviéticos comuns (DAVIES, 1997).

Assim como a exagerada atribuição de 950.000 a 1.200.000 de mortes apenas durante o período do Grande Expurgo, as histórias que afirmam que Stalin teria prendido milhões de pessoas, a maioria das quais enviadas para campos de trabalho para morrer entre os anos de 1930 e 1953 (CONQUEST, 1990), mostraram-se infundadas. Os arquivos soviéticos revelam que o número médio de pessoas presas nos Gulags e campos de trabalho soviéticos nas décadas de 30, 40 e 50 era de cerca de 2 milhões, com a libertação anual de 20-40% dessas pessoas (GETTY, RITTERSPORN e ZEMSKOV, 1993).

É interessante notar que muitos utilizam esses dados para denunciar a tirania da União Soviética. Contudo, no mundo contemporâneo, com crescentes oportunidades e a presença de numerosas organizações internacionais dedicadas à dignidade humana e aos direitos humanos, nos Estados Unidos, por exemplo, existem aproximadamente 2,2 milhões de pessoas nas prisões e em detenção e outros 4,5 milhões em liberdade condicional até 2017, segundo o Escritório de Estatísticas da Justiça (em inglês, Bureau of Justice Statistics).

Vale destacar que, em 1940, a URSS tinha aproximadamente 175 milhões de habitantes, enquanto os Estados Unidos contavam com uma população de 323 milhões em 2016. É relevante lembrar que o número de 2 milhões de prisioneiros na URSS refere-se ao período de 1930 a 1950, uma época marcada por uma série de eventos que agravaram a situação da segurança interna soviética. Comparando com os Estados Unidos durante um dos seus melhores momentos, esse valor se assemelha ao número de

pessoas presas no país na década de 1990 (CATALINOTTO, 1998). A diferença é apenas ligeiramente maior em termos de porcentagem da população. Nos anos 90, a população dos EUA era de 250 milhões de pessoas, e, em vez de uma diminuição, houve um aumento de 100 mil prisioneiros em duas décadas. Em resumo, mesmo sem enfrentar uma fração dos horrores vivenciados na União Soviética, a segurança interna nos Estados Unidos resultou em um aumento da população carcerária, em vez de uma diminuição.

É importante destacar que a maioria das prisões durante o governo de Stalin tinha o propósito de reprimir crimes civis, como banditismo, roubo, corrupção no serviço público em benefício pessoal, contrabando e fraudes. Menos de 10% das prisões estavam relacionadas a motivos políticos ou a assuntos da polícia secreta (GETTY, RITTERSPORN e ZEMSKOV, 1993). Esse fato é comprovado pelos arquivos soviéticos, que revelam uma considerável dissidência política permitida na União Soviética sob o regime de Stalin, inclusive críticas às políticas governamentais e aos líderes locais, muito além do que geralmente é reconhecido no Ocidente normalmente aceito no Ocidente (DAVIES, 1997).

Outro ponto importante é como a política de repressão era executada pelas forças de segurança. Mesmo se Stalin tivesse desejado realizar uma repressão mais severa, isso teria sido praticamente impossível, uma vez que, somando a polícia regular, a polícia política ou secreta, os guardas de prisão, algumas tropas da guarda nacional e bombeiros, essas forças de segurança representavam menos de 0,2% da população da URSS (THURSTON, 1996).

É importante ressaltar que durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, os Estados Unidos enfrentaram sérios desafios em termos de segurança. Um exemplo notório dessa época é o casal de criminosos mais famoso do país, Bonnie Elizabeth Parker e Clyde Chestnut Barrow, que operaram durante o período conhecido como a “Era dos Inimigos Públicos” entre 1931 e 1936, sendo responsáveis pela morte de 13 pessoas, incluindo nove policiais.

Ao abordar a questão da criminalidade nos Estados Unidos nesse período, é inevitável mencionar as atividades das máfias, em especial o infame Massacre do Dia de São Valentim ocorrido em 14 de fevereiro de 1929. Nesse evento, sete homens foram assassinados a sangue frio por Al Capone e seus comparsas. Al Capone, conhecido por

sua notória trajetória como gângster, foi associado a pelo menos 700 assassinatos, muitos dos quais foram ordenados por ele.

Embora seja complicado precisar quantas vítimas Capone matou pessoalmente, há inúmeros relatos e registros que o ligam a assassinatos. Por exemplo, quando ele tinha pouco mais de vinte anos e residia em Nova York, ele atirou e roubou o vencedor de um jogo de dados local que estava agonizando. Em 1919, ele atacou um membro da gangue “Mão Branca”, deixando-o morrer. Ademais, Capone não hesitou em cometer assassinatos por vingança, como no caso do assassinato de Joe Howard. Em 1924, em Chicago, Capone matou Howard após um ataque a um de seus homens.

Quando Al Capone faleceu em 1947, ele estava vinculado a centenas de assassinatos, tanto cometidos diretamente por ele quanto ordenados por sua influência. No entanto, dada a relutância da maioria das testemunhas em depor e o fato de muitas delas já terem perdido a vida nas mãos de Capone, é uma tarefa árdua determinar o número exato de vítimas(MARGARITOFF, 2013).

Nesse contexto, os Estados Unidos não mediram esforços para desenvolver uma força de segurança interna. Atualmente, os EUA contam com aproximadamente 825 mil policiais em uma população de 339,644,700 em 2023, o que equivale a 0,243% da população total. Isso significa que apenas considerando o número de policiais norte-americanos, sem levar em conta a guarda nacional, agentes federais, bombeiros e outros profissionais de segurança, a porcentagem é maior do que a do sistema de segurança da União Soviética. Mesmo que a população da URSS fosse menor em comparação com a população dos EUA atual, é importante notar que a União Soviética enfrentou uma série de desafios de segurança que mencionamos anteriormente.

É relevante destacar que os Estados Unidos operam atualmente com mais de 450 mil membros da guarda nacional e um contingente de mais de 1 milhão de bombeiros, de acordo com a National Fire Protection Association(NFPA) em 2020.

Portanto, podemos resumir que, em seu auge de tensões em relação à segurança nacional, a União Soviética tinha um número menor de profissionais na área de segurança em comparação com os EUA em um período de relativa estabilidade na segurança interna.

Além disso, outra questão pertinente a este assunto é o mito de que somente no comunismo existem políticas de repressão. Os EUA, embora tentem mascarar e obscurecer suas ações, dificilmente a história permitirá que isso ocorra em totalidade. Vamos começar falando de um dos maiores crimes internos cometidos pela política de repressão dos EUA: o COINTELPRO (Programa de Contraineligência, acrônimo da denominação em inglês “Counter Intelligence Program”), que foi uma série de projetos secretos e ilegais conduzidos pelo FBI sob a liderança de J. Edgar Hoover.

Este programa tinha como objetivo vigiar, infiltrar, desacreditar e perturbar ativistas e críticos do governo. Foram utilizados cinco métodos principais durante o COINTELPRO: infiltração, guerra psicológica, assédio, uso da força e minar a opinião pública. Os principais alvos incluíam organizações comunistas e socialistas, organizações e indivíduos associados ao movimento dos direitos civis e direitos das mulheres, grupos do movimento nacionalista negro, o Movimento Indígena Americano, grupos de supremacia branca, incluindo a Ku Klux Klan, o Partido dos Direitos dos Estados Nacionais.

O COINTELPRO foi inicialmente criado com o propósito de desestabilizar o Partido Comunista dos Estados Unidos. No entanto, rapidamente se expandiu para abranger diversos outros grupos e figuras proeminentes, incluindo Muhammad Ali. Ali, de fato, se tornou um dos alvos finais do FBI, culminando em um evento significativo em 1971, quando ocorreu uma invasão em um dos escritórios do FBI em Media, Pensilvânia, resultando na ampla divulgação dos arquivos pela mídia.

No entanto, é fundamental destacar que os responsáveis por inúmeras atrocidades decorrentes desse programa criminoso nunca foram formalmente presos e condenados. O foco principal recaí sobre J. Edgar Hoover, cujas ações simbolizam a imoralidade, psicopatia e arrogância por trás da tentativa de subverter todos aqueles vistos como “inimigos da nação”. Para alcançar esse objetivo, o COINTELPRO visou líderes dos Panteras Negras para Auto-Defesa, resultando em assassinatos, prisões injustas, humilhações públicas e falsas acusações de crimes.

Vale ressaltar que, dentre todos os grupos existentes nos EUA, o Partido dos Panteras Negras foi considerado a maior ameaça. Isso é notável, uma vez que outros grupos, como a Nação do Islã, relacionada ao assassinato de Malcolm X, a Ku Klux

Klan e mesmo o neonazismo, que cometeram atrocidades, não foram percebidos como ameaças. O motivo exato dessa distinção não recebeu uma resposta definitiva.

Conforme relatório anual do FBI de 1969, a UPI noticiou que, naquela época, uma análise dos diversos grupos concluiu que os Panteras Negras representavam a maior ameaça à segurança dos EUA. É importante salientar que os Panteras Negras eram um grupo de negros nacionalistas com uma perspectiva comunista marxista-leninista-maoísta. Inicialmente, buscavam a integração e o apoio às comunidades negras frequentemente oprimidas pela polícia e por grupos extremistas brancos.

Não se pode ignorar a relação do FBI com grupos de extrema-direita, visto que, em 1971, o FBI financiou e controlou diretamente ex-membros da organização paramilitar anticomunista Minutemen, que tinha como alvo grupos, ativistas e líderes do movimento antiguerra, usando intimidação e atos violentos, em San Diego.

O ódio de Hoover desencadeou uma perseguição em massa aos Panteras Negras. Líderes proeminentes do movimento, como Fred Hampton e Mark Clark, tornaram-se alvos da COINTELPRO e acabaram mortos em uma ação policial controversa em dezembro de 1969. Essas mortes levantaram suspeitas de que o FBI desempenhou um papel direto na operação. Além disso, outros membros da organização foram injustamente presos, submetidos a humilhações públicas e falsamente acusados de crimes, todos como parte de uma estratégia para minar o movimento.

A COINTELPRO empregou táticas como perjúrio e intimidação de testemunhas para enfraquecer os Panteras Negras. Agentes do FBI utilizaram informações falsas para instaurar processos legais contra líderes do partido, visando minar sua credibilidade e influência.

Além das táticas legais, a COINTELPRO também lançou campanhas difamatórias com o intuito de manchar a reputação dos líderes dos Panteras Negras. Isso envolveu a disseminação de notícias falsas e documentos falsificados, todos destinados a prejudicar a imagem do partido e de seus membros.

Uma das estratégias centrais consistia em fomentar divisões internas dentro dos Panteras Negras. O FBI trabalhou para minar a coesão do partido, estimulando conflitos e desconfiança entre seus membros, enfraquecendo, assim, a organização como um todo.

O objetivo final da COINTELPRO em relação aos Panteras Negras era neutralizá-los como uma força eficaz na luta pelos direitos civis e igualdade racial. O governo dos Estados Unidos via o partido como uma ameaça ao status quo e buscava destruí-lo de dentro para fora.

Essas táticas da COINTELPRO contra os Panteras Negras exemplificam o grau de hostilidade e repressão enfrentado por aqueles que lutavam por direitos civis e igualdade racial nos Estados Unidos durante esse período. A perseguição dos Panteras Negras pelo FBI revela a extensão dos esforços em dismantelar movimentos de protesto e ativismo social e político da época.

## **Conclusão:**

Em conclusão, ao analisarmos o exercício do poder midiático propagandista dos Estados Unidos, especialmente no contexto da luta contra o comunismo, percebemos a construção de narrativas exageradas e distorcidas sobre a União Soviética, destacando o anti-stalinismo. A propaganda anticomunista dos EUA frequentemente retratou líderes soviéticos, especialmente Stalin, como responsáveis por milhões de mortes, uma visão que, ao examinar fontes e dados, revela-se inflada e imprecisa.

Ao desmistificar as estimativas de execuções durante o Grande Expurgo, evidencia-se que o número real de vítimas foi significativamente menor do que as narrativas propagandísticas sugeriam. Além disso, o contexto geopolítico da época, marcado por ameaças externas como a aliança entre a Alemanha Hitlerista e o Império Japonês, contribui para entender as medidas de segurança implementadas pela União Soviética.

É crucial reconhecer que, embora o Grande Expurgo tenha sido uma tragédia, suas motivações não foram baseadas em paranoia ou em um desejo genocida, mas sim em um esforço para prevenir golpes e rebeliões incitados por forças externas. O temor legítimo da União Soviética em relação às potências imperialistas agressoras, evidenciado pelos eventos da Segunda Guerra Mundial, destaca a complexidade do cenário geopolítico da época.

Comparando a situação de segurança interna da União Soviética com os desafios enfrentados pelos Estados Unidos em períodos semelhantes, como a Era dos Inimigos Públicos, vemos que, proporcionalmente à população, a União Soviética tinha uma força de segurança menor. A abordagem da União Soviética em relação à dissidência política também permitia mais críticas e debate interno do que muitas vezes é reconhecido no Ocidente.

Ao final, é crucial interpretar a história da União Soviética, especialmente o Grande Expurgo, considerando o contexto político, social e econômico da época. Enfatizar as nuances e evitar generalizações simplistas contribui para uma compreensão mais precisa e equilibrada desse período histórico complexo.

## **Bibliografia:**

ANDICS, H. **Rule of Terror**. Holt, Rinehart and Winston: New York (1969).

BLUM, W. **Killing Hope: US Military and CIA Intervention Since World War II**. Common Courage Press: Monroe (1995).

CATALINOTTO, J. “**Protest Puts National Focus on Political Prisoners in U.S.**”  
Worten World(April 9, 1998)

CONQUEST, R. **The Great Terror**. Oxford University Press: New York (1990).

CUNNINGHAM, David. **There's Something Happening Here: The New Left, The Klan, and FBI Counterintelligence**. University of California(2004)

DAVIES, S. **Popular Opinion in Stalin's Russia**. Cambridge University Press: CAMBRIDGE (1997)

FEINBERG, L. “**The Class Character of German Fascism**”. Workers World(March 4, 1999). pp.13-14.

FURR, Grove. “Stalin e a luta pela reforma democrática”. Parte um e parte dois,  
**Cultural Logic**, 2005.

GARROW, David. **The FBI and Martin Luther King, Jr.** (Revised ed.). Yale University(2006)

GETTY, A; RITTERSPOM, G.; ZEMSKOV, V. “**Victims of the Soviet Penal System in the Pre-War Years: A First Approach on the Basis of Archival Evidence**”.  
American Historical Review 98(1993), pp.1017-1049.

GLOTZER, A. **The Case of Leon Trotsky**. Merit Publishers: New York (1968).

KNIGHT, A. **Beria**. Princeton University Press: Princeton (1993).

MARGARITOFF, Marco. **How Did Al Capone Die? Inside The Legendary Chicago Mobster's Last Years**. ATI, 2021. Disponível em: <https://allthatsinteresting.com/al-capone-death> Acesso em: 8 de Novembro de 2023

MEDSGER, Betty. **The Burglary: The Discovery of J. Edgar Hoover's Secret FBI**. (2014)

RATESH, N. **Romania: The Entangled Revolution**. Praeger: New York (1991).

RITTERSPORN, G. **“The Omnipresent Conspiracy: on Soviet Imagery of Politics and Social Relations in the 1930s”**. Stalinism: Its Nature and Aftermath. Armonk: New York (1992).

ROGOVIN, Vadim Zakharovich. 1937. **O ano de terror de Stálin**. Traduzido por Frederick S. Choate. Oak Park MI: Mehring Books, 1998, p. 487, Capítulo 50. A reunião de julho no Comitê Central.

SMITH, J. **Economic Democracy: The Political Struggle of the 21 Century**. Sharpe: Armonk (2000).

STALIN, Joseph. **“Resposta a um inquérito da Agência de Notícias Judaica nos Estados Unidos.”** Editora de línguas estrangeiras, Moscou, 1954

THURSTON, R. **Life and Terror in Stalin’s Russia, 1934-1941**. Yale University Press: New Haven (1996).

VINTON, L. **“The Katyn Documents: Politics and History”**. RFEIRL Research Report 2 (January 22, 1993), pp.19-31.

VON SCHNITZLER, K. **Der Rote Kana**. Lutz Schulenburg: Hamburg(1992).

WHEATCROFT, S. **“More Light on the Scale of Repression and Excess Mortality in the Soviet Union in the 1930s”**. Soviet Studies 42 (1990), pp355-367.